

VISÃO

Economia

Os caminhos alternativos da austeridade

A crise não veio com manual de instruções. Em França, combate-se o desemprego, pondo travões aos despedimentos; em Portugal facilitam-se. Muitos países baixaram os impostos; outros, como o nosso, aumentaram a carga fiscal. Mas nem somos nós o exemplo acabado das más práticas nem nenhum Estado tem a estratégia perfeita. Há, no entanto, alternativas a este sufoco. Fomos à procura delas

POR ALEXANDRA CORREIA

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

ALEMANHA





TAXAR MAIS OS RICOS

FRANÇA



**MENOS DESCONTOS PARA
A SEGURANÇA SOCIAL**

ITÁLIA



REINO UNIDO

AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO



FRANÇOIS HOLLANDE O Presidente francês não cumpriu a promessa eleitoral e aumentou os impostos à classe média. Mas disparou penalizações contra as empresas que despedem

Podíamos ter um défice público de 8,6 por cento. Podíamos ter reduzido o desemprego, ao mesmo tempo que aumentávamos os salários e os benefícios para os trabalhadores. A produtividade subia e, num ano, a economia saltava da recessão para o crescimento. Claro que era preciso investimento estatal e obras públicas, para impulsionar as atividades económicas, dinheiro conseguido à custa do aumento da dívida. Ainda assim, veríamos a luz ao fundo do túnel.

Podíamos ter feito tudo isto se fôssemos o país mais rico do mundo. Mas não nos chamamos Estados Unidos da América. Muitos erros foram cometidos na nação de Barack Obama, depois da crise iniciada em 2008. Por cima de tudo sempre pairou um sentimento de injustiça por muitos dos grandes responsáveis por aquela hecatombe mundial continuarem com a vidinha de sempre. Gastou-se acima de todas as possibilidades para amparar a queda dos gigantes financeiros, vítimas de si próprios.

No fim, houve algo que compensou.

Seria a reposição do poder de compra dos mais pobres, com o aumento do salário mínimo? A diminuição de impostos para as empresas? O aumento do investimento público na saúde, na educação e nas infraestruturas? As facilidades dadas às pequenas empresas para acederem ao crédito? Tudo o que Portugal não fez. Aqui, veio a receita foi a austeridade.

Cada país tem as suas realidades e as suas contas, mas não há razão para não olharmos para fora, tentando descortinar algumas (boas) soluções para a nossa atual crise. Temos uma dívida enorme (que chegará aos 124% do PIB em 2013), um défice descontrolado (ou só controlado à custa de receitas extraordinárias

Em Portugal, a inação do Governo é enorme. Há, de facto, medidas pequenas que podiam apontar para um rumo'

José Reis, economista

que se vão inventando), uma economia moribunda, mas ainda conseguimos reagir quando nos aumentam os impostos.

SIDRA EM VEZ DE CHAMPANHE

Na França, também aumenta a carga fiscal, mas o alvo não é bem o mesmo que em Portugal. A medida mais simbólica do Orçamento apresentado por François Hollande é a criação de uma taxa de 75% para rendimentos profissionais superiores a um milhão de euros anuais. Já quem ganha acima de 150 mil euros por ano vai ter uma taxa marginal de 45% que, juntando às contribuições para a Segurança Social e outros impostos, acaba por chegar aos 62,2 por cento.

«Estamos muito longe de chegar a este ponto», compara José Castro Caldas, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. «Tributar rendimentos extraordinários tem algum efeito orçamental. Pode, por exemplo, usar-se como instrumento de política de redistribuição de rendimento, financiando-se dessa maneira o Rendimento Social de Inserção e o subsídio de desemprego. O impacto macroeconómico

é importante, pois está a atribuir-se poder de compra a uma parte da população que não o tem», continua este doutorado em Economia.

Há um perigo, claro, o da fuga das grandes fortunas. «Os franceses estão pouco preocupados com essa chantagem e fazem bem porque, normalmente, tal não passa de ameaça. No entanto, uma medida dessas pode ser acordada no seio da União Europeia, não sei porque não existe uma harmonização fiscal», observa Castro Caldas.

Estas altas taxas têm outro efeito: carregam um simbolismo. A classe média e os mais pobres ficam com a ideia de que não pagam a crise sozinhos, ao contrário do que acontece em Portugal. Aliás, o Orçamento do Estado para 2013, cozinhado pelos socialistas franceses, está repleto de medidas simbólicas.

Exemplos: descida de 30% dos salários do Presidente da República e dos ministros; número de colaboradores de cada ministro limitado a 15; redução da frota de carros oficiais do Governo, que passou de 117 para 91; remuneração de dirigentes de empresas públicas limitada a um máximo de 450 mil euros por ano... Finalmente, deixou de se servir champanhe em certas refeições no Eliseu – agora bebe-se sidra.

Para o combate ao desemprego, Hollande tem duas propostas: uma, já aprovada pelo Senado, passa pela criação de 150 mil postos de trabalho, subsidiados pelo Estado, para jovens com poucas qualificações; a outra consiste em aumentar o valor das indemnizações por despedimento. «A ideia é encarecer de tal ordem os despedimentos que não compense às empresas fazê-los», afirmou o ministro do Trabalho.

MEDIDAS ALTERNATIVAS

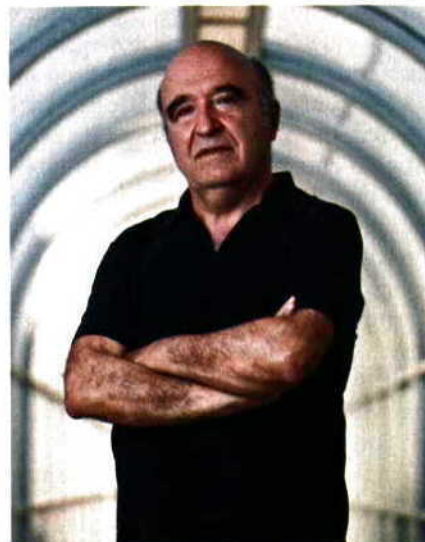
Na Alemanha, houve acordos sociais entre patrões e trabalhadores para reduzir o tempo de trabalho e as horas extraordinárias, como forma de promover o emprego. O país de Angela Merkel, defensor primeiro da austeridade para os Estados do Sul da Europa, respondeu à crise financeira, em 2009, reduzindo os impostos e as contribuições sociais tanto aos empregadores como aos trabalhadores.

Já a Espanha, que, numa primeira fase, quis enfrentar a crise com medidas expansionistas (aumento das indemnizações por despedimento, aceleração do investimento em obras públicas e redu-

Congresso As alternativas reunidas

Um dia para debater ideias e respostas à crise vindas do lado esquerdo da política

Sexta-feira, dia 5 de outubro, ainda é feriado. Não para os organizadores do Congresso Democrático das Alternativas, que se realiza nesse dia, na Aula Magna, em Lisboa. Da comissão organizadora fazem parte economistas, psicólogos, professores, funcionários públicos, sindicalistas, militares de Abril... «O congresso está a ser um excelente exemplo de como há conhecimento, gente responsável e capaz, que viu dramaticamente confirmadas a suas convicções de que austeridade gera recessão e destruição. E de que há capacidade para apontar um programa coerente de alternativas», explica o economista **José Reis**, um dos promotores. O dia será dividido em cinco sessões temáticas: Desafios da denúncia do memorando da troika; Por uma sociedade mais justa e inclusiva; Uma democracia plena, participada



e transparente; Um desenvolvimento sustentável que dignifique o trabalho; e O lugar de Portugal na Europa e no mundo. Eis alguns dos contributos:



«[É prioridade da afirmação de Portugal] Contribuir para um verdadeiro federalismo republicano europeu, com uma clara base constitucional, com um sistema de governo eleito pelos cidadãos europeus, no uso da sua faculdade de 'múltipla cidadania'»

Víriato Soromenho-Marques, prof. universitário



«A Escola Pública e o Serviço Nacional de Saúde estão a ser desmantelados, de modo a servirem apenas a população economicamente mais débil, desviando para o setor privado as classes privilegiadas. Este facto implica a sua degradação e a transformação em serviços públicos residuais»

António Arnault, criador do SNS



«A culpa disto tudo não é do 'Estado Social'. É, sim, de um estado de coisas anti-social. As injustiças feitas às pessoas têm mesmo agravado o desempenho da economia como um todo»

Sandro Mendonça, economista



«Hoje tudo se quantifica, mas um pão comido, porque foi dado por uma instituição, é completamente diferente de um pão comprado naturalmente com o nosso dinheiro, pago pelo nosso trabalho»

Teresa Villaverde, cineasta

ção de impostos para pequenas empresas que não despedissem), acabou por sucumbir aos mercados. Agora, vemos os espanhóis na rua contra as medidas de austeridade. O desemprego chegou aos 24,6% (cerca de 4,7 milhões de pessoas). Nem a economia nem a banca de Espanha aguentaram a «fuga para a frente». Mas entre o congelamento dos salários dos funcionários públicos (e a supressão do subsídio de Natal deste ano) e o aumento do IVA (de 18% para 21%), o Governo tenta travar a subida dos combustíveis, negociando com as petrolíferas uma medida sem impacto orçamental mas de grande importância para a vida do povo.

«A negociação com as farmacêuticas,

I Imposto A taxa Tobin

A famosa taxa Tobin está de novo no centro do debate europeu, com a Alemanha e a França a apelarem aos Estados membros para a introdução de um imposto sobre as transações financeiras. A própria Comissão Europeia já avançou com uma proposta: taxas de 0,1% sobre as transações de ações e obrigações e de 0,01% sobre outros instrumentos financeiros. A taxa foi concebida pelo economista James Tobin (Nobel da Economia, em 1981), nos anos 70, que propunha percentagens entre os 0,05% e 0,2 por cento.

para baixar os preços dos medicamentos, teve resultados, o que mostra que, quando há vontade política, muita coisa se pode conseguir», refere Castro Caldas. «Em Portugal, a inação do Governo é notória. Há, de facto, medidas pequenas que podiam apontar para um rumo», critica José Reis, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

E enuncia: «Primeiro: reposição imediata das mais grosseiras reduções dos rendimentos do trabalho; a economia pagá-las-á com crescimento. Segundo: compromisso com a manutenção dessa base remuneratória por cinco anos. Terceiro: incentivo poderoso, através de certificados do Tesouro garantidos, à poupança dos que podem poupar, em vez da submissão patética do financiamento do Estado aos 'mercados'. Quarta: aposta deliberada em soluções de consumo, de mobilidade, de produção e trabalho, de qualificação das pessoas e de crédito sustentáveis, equilibradas e frugais, feita através de uma política urbana e de pequenos centros no espaço rural, o

🔥 O que é exigido aos dirigentes, em tempos de crise como o que vivemos, é que governem sem dinheiro. Isso é que é habilidade. Governar com dinheiro é fácil. Apliquem-se!

João Cantiga Esteves, economista

que implica um contrato radicalmente novo com as autarquias (esta é a única 'austeridade' que faz sentido). Quinta: intensa renovação da capacidade exportadora, através de acordos positivos, baseados na facilitação da ação empresarial e num compromisso com o emprego e os trabalhadores. Sexta: negociação, no plano europeu, de um programa de investimentos públicos politicamente assumido como um compromisso com a Europa, baseado na coesão social e na inclusão do povo e na salvaguarda do seu direito a uma vida digna.»

O PROBLEMA DAS CAPELINHAS

O combate à crise não se limita, no entanto, a medidas que impliquem gastar dinheiro. O corte na despesa do Estado, nas «gorduras desnecessárias» era, aliás, a grande promessa de Pedro Passos Coelho.

No final de maio de 2010, o economista João Cantiga Esteves, professor de Finanças no ISEG, deu uma entrevista à VISÃO na qual contabilizava em cerca de 14 mil o total de entidades que recebia, direta e indiretamente, dinheiros públicos. E concluía que «o Estado não sabe o que tem, nem onde gasta». Passados mais de dois anos, com um novo Governo em exercício e com o País intervencionado pela troika, perguntámos-lhe o que mudou. A resposta foi uma monumental gargalhada. «É inquietante perceber o quão difícil é atuar energeticamente numa área onde é imperativo fazê-lo. E o problema mantém-se: o Estado continua a não saber onde gasta, logo, continua a não saber onde pode poupar. Tirando, agora, estas iniciativas, nomeadamente na área das fundações, mas com resultados muito limitados, e pouco mais, já passou um ano e meio desta governação e nada...»

Na execução orçamental de setembro, o resultado está à vista: a despesa efetiva do subsector Estado cresceu 1,1 por cento. Mesmo com os grandes cortes nas despesas com o pessoal (redução de salários e subsídios). «Há uma dificuldade enormíssima em ir ao fundo, ao detalhe, ao pormenor. O Governo centra-se nos grandes números, pois é muito mais fácil aumentar IVA, IRS, etc. Sempre foi assim, mas não pode continuar a ser. Tem de se poupar nos detalhes, um milhão aqui, outro ali», insiste Cantiga Esteves, que avança uma explicação para a inação ▶



I Lá fora Pequenas grandes diferenças

Em Portugal, a crise está a ser enfrentada, basicamente, à custa do aumento da receita fiscal, com cortes... no rendimento disponível das famílias. Aumentam-se os impostos, cortam-se as deduções, reduz-se o subsídio de desemprego e o abono de família, eliminam-se salários, ou parte deles, em nome da consolidação das contas públicas. Também se vai tentando cortar na despesa do Estado, de forma tímida, extinguindo umas fundações ou acabando com algumas rendas excessivas como a da energia. O desemprego aumenta, o consumo interno cai, a economia fica ainda mais deprimida. Nada de muito diferente do que se passa um pouco por toda a Europa, incluindo nos colossos económicos, como a França e a Espanha. Porém, e ao contrário do que sucede em Portugal, lá fora vão sendo dados sinais de que a fatura da crise é para ser paga por todos. Trata-se de decisões diferentes, ligeiras nuances na forma de atacar o problema, que, por cá, poderiam fazer toda a diferença. Eis alguns exemplos de medidas, algumas delas com peso meramente simbólico, que, se aplicadas em Portugal, poderiam aliviar o ritmo a que os portugueses estão a ir para a rua protestar

França

- Corte de 30% dos salários do Presidente da República e dos ministros
- Número de colaboradores de cada ministro limitado a 15
- Frota de carros oficiais do Governo passou de 117 para 91
- Serve-se sidra em vez de champanhe, em certas receções, no palácio do Eliseu
- Escalão fiscal excecional de 75% para os rendimentos profissionais superiores a um milhão de euros por ano e por pessoa

Itália

- Redução da contribuição para a Segurança Social nas empresas que contratem trabalhadores mais velhos. (Em Portugal foi tomada uma medida semelhante a favor de quem contrate jovens até aos 30 anos)

- Subsídio estatal aos programas de *work sharing* para evitar os *lay-off*. Todos os trabalhadores aceitam reduzir o horário de trabalho e o salário mas, em contrapartida, ninguém é despedido
- Redução dos impostos sobre o trabalho extraordinário
- Criação de uma taxa única de 10%, em sede de IRS, para os cientistas que optem pelo regresso ao país natal
- Criação do Bónus Famiglie para as famílias carenciadas e entrega de um cartão social para as despesas domésticas
- Incentivos à troca de carros usados

Bélgica



- Alterações no subsídio de desemprego: é mais generoso nos primeiros três meses, mas posteriormente leva um corte para incentivar o regresso ao mercado de trabalho
- Contribuição adicional para a Segurança Social por parte das empresas que despedem sistematicamente os trabalhadores mais idosos

Reino Unido

- Aumento do salário mínimo, de acordo com a idade e a experiência do trabalhador
- Subidas das pensões mais baixas e do abono de família

Alemanha

- Redução de impostos, tanto para trabalhadores como para empresas

(aplicada em dezembro de 2009)

- Redução de impostos para os mais pobres
- Acordos sociais entre patronato e trabalhadores para reduzir o tempo de trabalho e as horas extraordinárias, como forma de promover o emprego

Espanha



- Negociação com as petrolíferas para que não reflitam o aumento do IVA no preço final ao consumidor

EUA



- Aumento de fundos para a criação de emprego público
- Reforço dos apoios à formação dos trabalhadores afetados pela deslocalização de empresas
- Corte dos impostos a cobrar às classes média baixa e baixa
- Aumento do investimento nas áreas da saúde, infraestruturas e educação
- Assistência básica a famílias muito pobres, através de um programa de alimentação
- Aumento do salário mínimo
- Aumento da duração do subsídio de desemprego

Como os países se endividaram (mais)

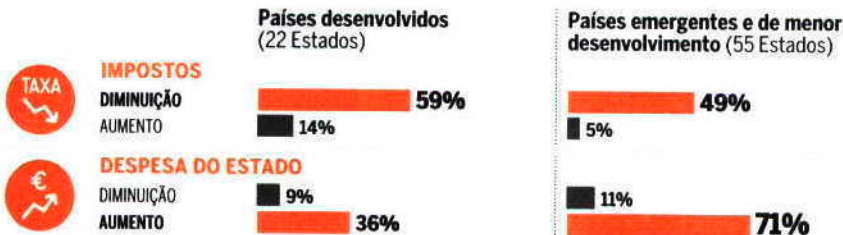
Vivia-se o período da crise financeira (ainda não tínhamos chegado à das dívidas soberanas), e a receita para o problema passava pelo alargamento dos apoios ao emprego, o aumento da despesa pública e a diminuição dos impostos – assim atuou a maioria dos 77 países estudados pelo Banco Mundial e pela Organização Internacional do Trabalho para dar a volta à crise financeira de 2008/2010.

Todas estas medidas implicam gastar mais. É aqui que começa a vislumbrar-se a crise da dívida para a qual muito contribuiu o resgate dos bancos

O universo de países estudado representa 89% do PIB global e 86% da força de trabalho mundial

A resposta orçamental

A esmagadora maioria dos países baixou os impostos



O combate ao desemprego

Proteger os postos de trabalho foi a prioridade



A resposta social

Veja como responderam os 77 países do estudo aos seguintes problemas:



* 31 países não atribuem apoios ao desemprego

FONTE Banco Mundial/Organização Internacional do Trabalho

INFOGRAFIA AB/VISAQ

► governamental: «Tudo isto mexe com muitos interesses instalados, que vão do pequeno ao médio e ao grande. Há uma resistência fortíssima à mudança e ninguém quer sair da sua zona de conforto.»

A presença da troika em Portugal, considera o economista, não dá garantias de que se altere este estado de coisas. «A troika concentra-se apenas nos grandes números e não se quer meter nestas coisas, que são nossas. É imperativo que o Governo lance publicamente o desafio aos ministérios, secretarias de Estado, direções-gerais, câmaras municipais, governos regionais, institutos públicos, fundações, etc., para apresentarem, no prazo de duas a três semanas, as suas propostas de redução de despesa. E, com as propostas nas mãos, vincular essas entidades. Com isso percebe-se quem está disponível para contribuir para a solução do problema. A alternativa é explicar muito bem aos portugueses porque é que cada uma das capelinhas é intocável.»

Para João Cantiga Esteves, «o que é exigido aos dirigentes, em tempos de crise como o que vivemos, é que governem sem dinheiro». «Isso é que é habilidade. Governar com dinheiro é fácil. Apliquem-se!»

DUAS DROGAS

Mas chegamos sempre ao mesmo ponto: a economia cresce sem dinheiro, sem o empurrão do investimento público? E onde vamos nós buscar os fundos para investir se já temos uma dívida gigantesca? «Não é pelo afluxo de investimento estrangeiro. Este, ao adquirir ativos portugueses, não cria emprego. As privatizações podem é criar mais desemprego», responde José Castro Caldas.

Para este economista, tendo em conta que «quase todo o défice orçamental é resultado dos juros pagos pela dívida», não há «outra possibilidade de viragem sem o alívio da dívida». Como? «A reestruturação da dívida pública vai acontecer mais tarde ou mais cedo. Queremos fazê-la enquanto há portugueses vivos ou esperamos pela iniciativa dos credores, quando o País estiver destroçado?», desafia. Reestruturar a dívida significa não pagá-la, pelo menos em parte, para libertar recursos para o investimento.

Mas, na Grécia, a reestruturação da dívida não parece estar a salvar o país. «Foi insuficiente. O Banco Central Europeu e os credores europeus foram poupados», ►



⚡ A reestruturação da dívida pública vai acontecer mais tarde ou mais cedo'

José Castro Caldas, economista

- justifica Castro Caldas. E acrescenta: «Sabemos que o que está a ser feito só pode piorar as coisas. Mas a alternativa também não é nem fácil nem milagrosa. Nem indolor.»

Pode é ser mais rápida. O exemplo acabado é a Islândia. Em 2009, tinha uma recessão de -6,6% do PIB. Em 2011, estava com um crescimento de 2,6 por cento. O que aconteceu lá? O povo, em referendo, disse, simplesmente, que não pagava as dívidas dos bancos (muito diferente da atitude da Irlanda e da Espanha). «Os bancos entraram em falência e o Estado interveio minimamente para salvar os depósitos dos residentes. É possível, num caso de falência bancária, tomar medidas para manter o sistema de pagamentos em funcionamento e garantir o crédito», explica o economista. A Islândia representou uma espécie de rebelião contra os mercados, um símbolo de um povo que já pouco tinha a perder.

Em Portugal, vai-se perdendo qualquer coisa. «Viu-se que, punindo rudemente os rendimentos do trabalho, se destrói a economia por falta de procura, se gera desemprego maciço, se leva empresas à falência, se arruína recursos...», afirma José Reis.

Ainda na semana passada, o Nobel da Economia Paul Krugman escreveu: «O que a Grande Depressão ensinou aos políticos, da pior forma, foi que dinheiro curto e austeridade orçamental eram realmente más ideias, em face de uma economia profundamente deprimida. Mas tudo isto foi esquecido, exceto pelos historiadores de Economia. A dívida é uma droga. Mas a austeridade também o é.»

DESCUBRA AS DIFERENÇAS

(Receitas para sair da crise)

EM PORTUGAL

LÁ FORA

TAXAR A CLASSE MÉDIA

TAXAR OS MAIS RICOS

(França)

MAIS IMPOSTOS

BAIXAR O PREÇO DA GASOLINA

(França e Espanha)

FACILITAR OS DESPEDIMENTOS

PENALIZAR QUEM DESPEDE

(França)

NACIONALIZAR O BPN

NÃO PAGAR AS DÍVIDAS DOS BANCOS

(Islândia)